

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E HISTÓRIA DO DIVÓRCIO NO BRASIL	1
2	SOCIEDADE E VÍNCULO CONJUGAL.....	7
3	SEPARAÇÃO JURÍDICA EM FACE DA EC N. 66/2010.....	13
3.1	A EC n. 66/2010 e a Separação no Direito Pátrio	13
3.1.1	Introdução	13
3.1.2	A Abolição da Separação no Ordenamento Jurídico Pátrio	14
3.1.3	A EC n. 66/2010 e a Manutenção da Separação.....	27
3.2	Separação Judicial.....	33
3.2.1	Considerações Gerais. Legitimidade e Partilha dos Bens.....	33
3.2.2	Separação Consensual.....	37
3.2.3	Separação Litigiosa.....	39
3.2.3.1	Considerações Gerais – Princípio da Ruptura e Fim da Culpa.....	39
3.2.3.2	Separação Sanção ou com Culpa	44
3.2.3.3	Separação Falência	50
3.2.3.4	Separação Remédio.....	52
3.2.4	Efeitos da Separação Judicial.....	54
3.2.4.1	Efeitos Pessoais entre os Cônjuges	55
3.2.4.2	Efeitos Patrimoniais	57
3.2.5	Restabelecimento da Sociedade Conjugal.....	58

3.3 Reflexos da Ec n. 66/2010 na Separação e o Direito Intertemporal	59
3.3.1 Introdução e Direito Intertemporal	59
3.3.2 Estado Civil dos Separados de Direito	60
3.3.3 Reconciliação para Restabelecer o Casamento dos Separados Juridicamente	61
3.3.4 Conversão da Separação em Divórcio	61
3.3.5 Ações de Separação Judicial em Andamento	62
3.3.6 Ações de Separação Ajuizadas após a Publicação da Ec N. 66/2010	65
4 DIVÓRCIO JUDICIAL	67
4.1 Considerações Gerais	67
4.2 Divórcio Consensual	69
4.3 Divórcio Litigioso	76
4.3.1 Considerações gerais	76
4.3.2 Cumulação de pedidos, contestação e reconvenção	77
4.3.3 Cisão da sentença	80
4.4 Divórcio Sobreposto à Separação Jurídica	81
4.5 Efeitos do Divórcio	82
5 PARTILHA DE BENS	85
5.1 Partilha de Bens no Divórcio	85
5.2 Aplicação da <i>Disregard Inversa</i> na Partilha de Bens e Alimentos	89
6 EFEITOS DA SEPARAÇÃO DE FATO	95
7 CULPA NO DIREITO DE FAMÍLIA	99
7.1 Considerações Gerais	99
7.2 Indenização por Danos Morais e Materiais	100
7.3 Culpa nos Alimentos	103

8	PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS.....	105
8.1	Guarda	105
8.1.1	Conceito	105
8.1.2	Modalidades de Guarda.....	106
8.1.3	Síndrome da Alienação Parental	112
8.1.4	Direito de Visitas e Fiscalização	118
8.1.5	Direito de Visitas dos Avós	118
8.1.6	Pensão Alimentícia aos Filhos.....	120
9	MEDIDAS CAUTELARES	121
9.1	Conceito	121
9.2	Separação de Corpos no Divórcio	122
9.3	Alimentos Provisionais.....	125
9.4	Posse e Guarda Provisória dos Filhos	126
10	DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL	127
	<i>Dimas Daniel de Carvalho</i>	
10.1	Introdução.....	127
10.2	Facultatividade do Procedimento	128
10.3	Cláusulas Obrigatórias	129
10.4	Partilha Posterior.....	131
10.5	Representação das Partes.....	132
10.6	Emolumentos	133
10.7	Competência	134
10.8	Efeitos da Lei 11.441/2007.....	135
10.9	Ec n. 66/2010 e seus Efeitos no Divórcio Extrajudicial.....	135
10.9.1	Vigência e Efetividade.....	135
10.9.2	Lapso Temporal.....	136
10.9.3	Conversão da Separação em Divórcio	136
10.9.4	Testemunhas	137
10.9.5	Reconciliação dos Cônjuges	137

11	A EMENDA N. 66/2010 E A AUTOTOMIA DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO EM MATÉRIA DE RECONHECIMENTO DE DIVÓRCIO REALIZADO NO ESTRANGEIRO	139
	<i>Conrado Paulino da Rosa</i>	
	<i>Cristiano Colombo</i>	
11.1	Introdução.....	140
11.2	Da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	140
11.2.1	Da Evolução Histórica do Tratamento Legislativo conferido pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro ao reconhecimento de divórcio realizado no estrangeiro	140
11.2.2	Do Princípio da Continuidade das Leis e da Revogação Tácita	142
11.3	Da Emenda Constitucional n. 66/2010	143
11.3.1	Da Introdução da Emenda Constitucional n. 66/2010 no Ordenamento Brasileiro	143
11.3.2	Da Autotomia da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a Aplicação das Regras Fundamentais de Solução de Antinomia	144
11.4	Considerações Finais	145
	REFERÊNCIAS.....	147